



# Anais da Assembléia

N° 04

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.



RESOLUÇÃO N° 019/92

DATA: 03 de dezembro de 1992.

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 1° da Resolução n° 043/91.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - O artigo 1° da Resolução n° 043/91, de 04.11.91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor EDU KRÜGER, o imóvel constituído do lote n° 20, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 203,5306 hectares".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.92.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

3° SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1993.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cesar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Jereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Valdir Rossoni (48). Achan-

Curitiba, terça, em 16.02.93

tados: Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Mário Bezerra e Ovídio Constantino (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede a leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 001/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao art. 3° e seu parágrafo único da Lei n° 7.389, de 12 de novembro de 1980.

Com a presente modificação pretende-se transferir as atribuições atualmente determinadas à FAMEPAR, ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, recém criado pela Lei n° 10.066/92, órgão que concentra as atribuições relativas à execução e coordenação das políticas ambiental e agrária, e que conta com estrutura descentralizada na região de abrangência da lei em pauta, bem como quadro técnico multidisciplinar, oriundo dos extintos ITCF e SUREHMA, fatores que implicarão em maior racionalidade e celeridade na prestação deste serviço público, e ainda propiciará a eliminação de atuação dúplice de instituições no âmbito do Poder Executivo.

A proposta mantém a atuação da FAMEPAR e da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, quando se fizer necessário, a critério do IAP.

Pelas razões expostas, não há qualquer dúvida de que a medida proposta consulta aos superiores interesses do Estado.

Certo de que a mesma merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado



## ANTEPROJETO DE LEI N° 008/93

Art. 1° - O artigo 3° e parágrafo único da Lei n° 7.389, de 12 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - Caberá à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, o exame e a anuência prévia para aprovação, pelos Municípios, dos projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas como de interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Parágrafo Único - A Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, atuarão, quando necessário, como órgãos consultivos do IAP, no desempenho da atribuição que lhe cabe na execução da presente lei."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **A Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM N° 002/93

Curitiba, 11 de fevereiro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9°, da Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retro-mencionada, baixou e fez publicar o Decreto n° 2.079, de 01 de fevereiro de 1993.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente Mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária ao convênio firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, para o gerenciamento costeiro do Paraná.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## DECRETO N° 2.079

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9° incisos III e VI da Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992,

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aberto ao orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 965.250.000,00 (novecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), de acordo com o Anexo I deste Decreto, ficando simultaneamente procedida a conversão da Fonte 09 - Títulos da Dívida Agrária, para a Fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais.

Art. 2° - Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica indicada igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio Órgão, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2° deste Decreto, fica alterado o orçamento próprio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, conforme Anexo III deste Decreto.

Art. 4° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, ficam alterados o Demonstrativo da Receita de Recolhimento Centralizado e o Demonstrativo da Receita por Fontes do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, especificados nos Anexos IV, V e VI.

Art. 5° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 01 de fevereiro de 1993,  
172° da Independência e 105° da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS  
Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral



SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
ANEXO AO DECRETO NO. 2079				CRS 1.000,00		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I		I I I		I	I
	I AMBIENTE	I		I I I		I	I
	I	I		I I I		I	I
503	IDIRETORIA GERAL	I		I I I		I	I
650	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA	I		I I I		I	I
	I SEMA	I	3111.02	I07ILI	58.785	I0014I	
	I	I	3120.00	I07ILI	49.135	I0014I	
	I	I	3131.00	I07ILI	193.572	I0014I	
	I	I	3132.08	I07ILI	116.813	I0014I	
	I	I	4120.00	I07ILI	546.945	I0014I	
		T O T A L		I	965.250	I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
ANEXO AO DECRETO NO. 2079				CRS 1.000,00		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I		I I I		I	I
	I AMBIENTE	I		I I I		I	I
	I	I		I I I		I	I
4502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I		I I I		I	I
	ENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I	I
2657	IPROGRAMACAO A CARGO DO IAP	I	4311.01	I09ILI	965.250	I0014I	
		T O T A L		I	965.250	I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 02		I	
ANEXO AO DECRETO NO. 2079				CRS 1.000,00		I	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I		I I I		I	I
	I AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I	I
	I	I		I I I		I	I
696	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I		I I I		I	I
	I IAP	I		I I I		I	I
651	IGERENCIAMENTO DAS POLITICAS DE	I		I I I		I	I
	MEIO AMBIENTE, RECURSOS HIDRICOS,	I		I I I		I	I
	ICARTOGRAFICA E FUNDIARIA	I	4130.00	I09ILI	965.250	I0014I	
		T O T A L		I	965.250	I	



ACRESCIMO DA RECEITA	ANEXO IV ANEXO AO DECRETO Nº. 2079	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	
11762.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	07 418.305
12462.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	07 546.945
	T O T A L	965.250

REDUCAO DA RECEITA	ANEXO V ANEXO AO DECRETO Nº. 2079	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	
11721.02.00	Titulos da Divida Agraria	09 965.250
	T O T A L	965.250

REDUCAO DA RECEITA	ANEXO VI ANEXO AO DECRETO Nº. 2079	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	
12412.09.00	RECURSOS DE TRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	09 965.250
	T O T A L	965.250

## À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

## OFÍCIO

Sob os n.ºs DFL/SAT/004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 018, 019, 022 e 023/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

365/92: De autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO, que declara de Utilidade Pública a "Creche Criança Feliz", com sede e foro no município de Fênix, no Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.239. ~~Anote-se~~ - Arquite-se.

369/92: De autoria do Deputado SEVERI-

NO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro na cidade de Sapopema - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.240. ~~Anote-se~~ - Arquite-se.

208/92: De autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de Utilidade Pública o Paraná Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.241. ~~Anote-se~~ - Arquite-se.

292/92: De autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Segurança de Guaratuba, com



sede e foro no município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.242. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/92: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes e vice-Governador do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.243. **Anote-se - Arquivo-se.**

364/92: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que concede o Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Doutor KARAN ABOU SAAB, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.244. **Anote-se - Arquivo-se.**

291/92: De autoria do Deputado ÉLIO LINO RUSCH, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.245. **Anote-se - Arquivo-se.**

125/92: De autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que dá nova redação ao art. 2°, da Lei Complementar n° 59, de 1° de outubro de 1991, o qual convertido em Lei Complementar n° 67/93. **Anote-se - Arquivo-se.**

280/92: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural, Educacional e Assistencial São Marcos, com sede e foro em Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.246. **Anote-se - Arquivo-se.**

068/92: Do Poder Executivo que, dispõe que é de competência do IAP a fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.247. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/92: De autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI e ALCEU SWAROWSKI, que dispõe que é obrigatório a pesagem, pelos estabelecimentos que comercializarem - GLP - Gás Liquefeito de Petróleo, à vista do consumidor, por ocasião da venda de cada botijão ou cilindro entregue e também do recolhido, quando procedida a substituição, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.248. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/92: De autoria do Deputado GERALDO CATÁRIO, que autoriza o Poder Executivo a alienar parte do imóvel situado em Curitiba, através da COHAPAR, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n°

10.249. **Anote-se - Arquivo-se.**

002/93: Do Tribunal de Justiça que, fixa, conforme especifica, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativo e inativos do Poder Judiciário, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.250. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/92: Do Poder Executivo que cria e extingue na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.251. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob os n°s DTL/SAT/014, 015, 016, 017 e 020/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO TOTALMENTE os Projetos de Lei n° 238, 259, 323, 337 e 353/92, por julgá-los contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° DTL/SAT/021/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar n° 312/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° 530/92, do Senhor LUÍS RENATO PEDROSO, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojetos que visam a criação do juizado especial para as infrações penais de menor potencial ofensivo, instrumentos ou mecanismos previstos no artigo 98, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, que virão agilizar a chamada prestação jurisdicional, afora dispensar custos para os usuários. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 399/92, do Senhor LUÍS RENATO PEDROSO, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando sugestão do eminente Desembargador NUNES DO NASCIMENTO, aprovada unanimemente pelo Órgão Especial daquela Corte de Justiça, em Sessão realizada a 02 de outubro de 1992, e que objetiva a supressão da letra "d", inciso I, do artigo 118, da Constituição do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 137/93, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando relatório das atividades desenvolvidas por aquele Tribunal de Contas, durante o 4° trimestre de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 139/93, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que fixa o



vencimento básico dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1993. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 21/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1993, em substituição ao anteriormente encaminhado, através do Ofício nº 04/93, de 11 de janeiro do corrente ano, ao tempo em que solicito a Vossa Excelência as necessárias providências no sentido de proceder a consequente devolução do referido anteprojeto. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0076/93, do Senhor LUIZ CARLOS DELÁZARI, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1993. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 138/93, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1993. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4.934/91 - SCE-Ref. Apr 31-Pr(91/145505), do Senhor Ministro ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em face da representação intentada pelo ex-Governador ORESTES QUÉRCIA contra o Governador ROBERTO REQUILÃO DE MELLO e SILVA, solicito a Vossa Excelência que, na consonância do art. 89, "caput", da Constituição do Estado do Paraná, submete a esta Colenda Assembléia Legislativa a acusação de que se trata, conforme despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro COSTA LEITE, Relator. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 3654/93, do Senhor CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, encaminhando Relatórios Anuais da Casa Civil e do Secretário Especial para Assuntos Externos, referentes ao exercício de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

#### Ofício Circular:

Sob o nº 001/93, do Senhor ADHAIL SPRENGER PASSOS, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encaminhando convênio firmado entre aquela Secretaria de Es-

tado e o Ministério das Relações Exteriores Itamaraty, no último dia 14 de janeiro de 1993, o qual tem por objetivo a participação do Estado do Paraná no Projeto "Sistema de Atração de Investimentos e Transferência de Tecnologia", desenvolvido pelo Itamaraty com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o qual possibilitará à classe empresarial paranaense, notadamente a pequena e média empresa, o acesso a oportunidade de intercâmbio tecnológico, comercial e associações de interesses no âmbito internacional. **Ao Conhecimento da Casa.**

#### **Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 027-A  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no Regimento Interno, a redução do interstício para a realização de uma sessão logo após a presente, para apreciação, em 2ª Discussão, dos Projetos de Lei nº 009, 010, 011 e 012/93.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

#### **Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 015/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Dr. Armando Martins Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) HEINZ HERWIG

#### **JUSTIFICATIVA:**

A pretensão da presente iniciativa, tem como finalidade homenagear o ilustre Engenheiro e Professor Armando Martins Pereira, em reconhecimento à sua nobre conduta, e seu extraordinário trabalho em prol do Estado do Paraná. O curriculum vitae anexo ao presente projeto de lei, vem justificar a nossa homenagem, para a qual contamos com o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 016/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a União de Profissionais para Atendimento do Excepcional, com sede nesta capital, à Rua Mercedes Seiller Rocha, nº 79, bairro do Bacacheri, Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na



data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) ARLINDO TROIAN

**JUSTIFICATIVA:**

Fundada em 27 de abril de 1985, a União de Profissionais para Atendimento do Excepcional - UPAE, tendo como objetivo primordial angariar recursos, ampliar o atendimento, supervisionar o ensino profissionalizante, o ajustamento e a integração à comunidade do deficiente mental leve e moderado ou portador de deficiência física dentro do mesmo quadro mental. A UPAE, é mantenedora também da Escola de Aprendizagem Profissional Menino Jesus, inaugurada no dia 10 de agosto de 1985, e funciona em dois turnos: matutino e vespertino, atendendo uma clientela oriunda de vários bairros da cidade, indiferentemente da proximidade com a escola e de diferentes níveis sócio econômicos. Presta atendimento psico-pedagógico e profissionalizante a adolescentes e adultos portadores de deficiência mental em grau leve e moderado, através de estudo, pesquisa e análise da problemática individual, acrescido de serviços de assistência psicológica, social e profissional.

O serviço de psicologia tem por objetivo proporcionar ao aluno um desenvolvimento adequado tanto a nível psicomotor como emocional, para que desenvolva seu potencial intelectual e profissionalizante. Outro fator que pode ser ressaltado neste setor é a integração social e escolar do deficiente.

A UPAE mantém ainda um serviço social que é responsável pelo estudo do ambiente sócio-econômico e cultural da família e da comunidade, propondo e executando mecanismos que visem a orientação familiar e a integração família-escola-comunidade. Este setor está subordinado à Direção e vinculado aos demais serviços da UPAE e da escola.

Os relatórios em anexo ao presente projeto de lei, referentes aos exercícios de 1991 e 1992, demonstram com clareza os objetivos e o atendimento mantido tanto pela União de Profissionais para o Atendimento do Excepcional - UPAE, como pela Escola de Aprendizagem Profissional Menino Jesus, bem como o trabalho desenvolvido por um grupo de pessoas que dedicam um pouco do seu tempo, em benefício daqueles menos favorecidos pela sorte.

**PROJETO DE LEI N° 017/93**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leocádia Braga Ramos.

Curitiba, terça, em 16.02.93

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) NEIVO BERALDIN

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição é feita com base na referida Associação, ser uma entidade sem fins lucrativos, de caráter estritamente benéfico, que tem por finalidade promover a solidariedade humana e a perfeita integração entre pais, alunos e mestres da referida escola.

Sobretudo a entidade promove a ação social, cultural, educativa, religiosa e recreativa.

A documentação que apensamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI N° 018/93**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Ficam as Faculdades e Universidades Estaduais obrigadas a realizar, no período da tarde, seus Concursos Vestibulares de Admissão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

**JUSTIFICATIVA:**

O que se vê todos os anos, quando da realização dos vestibulares, é um alto índice de desistência em virtude do não comparecimento nos locais de prova em tempo hábil. É todo um esforço de anos, perdido por um atraso de poucos minutos. O problema se agrava em se tratando de pessoas que residem em outras cidades ou regiões afastadas daquelas provas, ficando na dependência dos transportes intermunicipais e coletivos, para realizarem as provas que têm início logo no começo da manhã.

Deste modo, acreditamos que a solução para este tipo de problema, seria a realização das provas no período da tarde, acabando de uma vez por todas com o "fantasma" do atraso.

**PROJETO DE LEI N° 019/93**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Idoso "Vovó Margarida", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A "Casa do Idoso Vovó Margarida", que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, filantrópica, de caráter assistencial, fundada em 22 de novembro de 1987 e tem por finalidade amparar os idosos de ambos os sexos na faixa etária dos 50 (cinquenta) anos e/ou acima desta que comprovadamente necessitem de assistência alimentar, higiênica, lazer, assistência médica e hospitalar.

Dado o seu caráter assistencial e, portanto sem fins lucrativos, as despesas em geral vêm sendo mantidas através de contribuições e promoções de comunidade, num esforço de dedicação daqueles que, à testa da sua administração, objetivam contribuir para uma sociedade melhor e mais humana.

Considerando o excelente trabalho que vem desenvolvendo em favor dos idosos, cumprindo as reais finalidades para as quais foi criada, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 020/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado para São Manoel do Paraná a denominação do Município de São Manoel, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Existe topônimo no Estado de São Paulo, gerando deste modo certa confusão em relação a documentos, como também ao Fundo de Participação dos Municípios; além de trazer desconforto àqueles que vivem nos municípios em apreço.

PROJETO DE LEI N° 21-93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná, em toda a rede de ensino, a partir do ano letivo de 1994.

§ 1° - O previsto no Caput deste artigo visa garantir uma perfeita higiene oral e a efetiva prevenção à cárie dentária e doenças bucais em todas as crianças paranaenses em idade escolar.

§ 2° - O objetivo do programa proposto é conscientizar, ensinando e estimulando

as crianças sobre as mais eficazes técnicas de higienização oral, correta escovação, dieta alimentar ideal, a importância do dente de leite na formação dos dentes permanentes, a importância da visita periódica ao dentista, aplicação de selante, o bochecho com flúor, o açúcar como agente provocador de cáries e todos os procedimentos específicos.

§ 3° - As atividades para o desenvolvimento do programa poderão envolver os pais dos estudantes, professores e funcionários das escolas, no sentido de se atingir maior índice de conscientização popular em relação à saúde bucal.

Art. 2° - O programa de que trata esta lei será adotado e implantado, obrigatória e permanentemente, integrado ao currículo escolar anual, em todos os estabelecimentos de ensino paranaense, da pré-escola até o 2° Grau da rede pública oficial, particular e conveniada.

Art. 3° - A regulamentação da presente Lei ocorrerá com a participação conjunta e efetiva do Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, e de organismos oficiais e de classes correlatas à odontologia.

Art. 4° - O Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos envolvidos, fica autorizado a firmar convênios com entidades cujas atividades estão relacionadas com a odontologia, e também com as administrações municipais, visando a implementação de ações imprescindíveis ao fiel cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5° - Para o eficiente desenvolvimento do Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar, o Governo do Estado distribuirá, periodicamente, nas escolas da rede pública, "Kits" compostos de escova de dente e tubo de creme dental fluorado e de baixa ou nenhuma abrasividade, para todos os estudantes.

Parágrafo Único - A distribuição periódica ocorrerá de acordo com a necessidade de se repor o creme dental e a escova, conforme especificação odontológica.

Art. 6° - Todo material didático e métodos de ensino para prevenção da saúde bucal deverão ser desenvolvidos pelo Governo do Estado, para posterior distribuição nas escolas de rede pública, servindo de modelo para as demais.

Parágrafo Único - As escolas da rede particular ou conveniadas poderão adotar material e métodos próprios, de acordo, entretanto, com o que exigirá a regulamentação do programa.

Art. 7° - O Governo do Estado deverá dotar todas as escolas de material e equipamentos destinados a um cadastramento técnico-científico da saúde bucal dos es-



tudantes, para posterior estimativa e avaliação.

Art. 8º - A aplicação do programa poderá ocorrer concomitantemente a qualquer programa de ensino de higienização pessoal porventura existente e em desenvolvimento nas escolas, sob orientação de agentes de saúde, monitores, supervisores ou professores capacitados, observada carga horária a ser cumprida e o programa didático específico.

Art. 9º - Ao Governo do Estado caberá promover forte campanha publicitária de esclarecimento sobre o disposto junto à comunidade paranaense.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O que se propõe não tem intenção de ser a última palavra em cuidados com os dentes das crianças, mas será, certamente, o início, em relação a toda comunidade paranaense, preservando a saúde bucal das futuras gerações, explanando e ensinando o que as pessoas podem fazer por si mesmas quanto à saúde bucal.

A instituição do Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná virá a preencher uma lacuna, e marcará o começo do processo de retração no triste quadro apresentado atualmente.

Com isso, o Governo do Estado passará a ter ativa e permanente, senão fundamental, participação num processo inédito no Brasil.

As doenças bucais estão aumentando na maioria dos países pobres. Isso porque as pessoas estão comendo cada vez menos alimentos naturais e mais comida industrializada, geralmente adoçada com açúcar branco refinado, considerado por muitos especialistas com um forte veneno antes de ser um alimento.

Como consequência da alienação, com predomínio para a atenção curativa a saúde bucal da população, apresenta-se cada vez pior, não bastassem os problemas correlatos à má alimentação.

Estudos científicos revelam que 95% da população mundial possuem cáries e doenças periodontal.

O Brasil, desdenhosamente alcunhado como o País dos Desdentados, é também o campeão mundial de cárie, perdendo apenas para a Malásia e outros pequenos países que pouco ou nada representam no contexto global estimado.

Os governos até hoje não souberam como investir na saúde oral do povo brasileiro. Não existem, além de bochecho com flúor e fluoretação da água de abastecimento, programas orientados para a prevenção.

Os profissionais no Brasil gastam tempo aprendendo técnicas restauradoras/reabilitadoras que, como sabemos são incapazes de, isoladamente, interromper as causas das doenças bucais.

Estudos oficiais demonstram que a prevalência da cárie é pequena nas populações que tem alimentação composta por produtos caseiros, com pouco ou nenhum açúcar industrializado, e onde suas crianças são orientadas nas escolas através de aulas teóricas a práticas sobre higiene oral.

Em março de 1992 a Prefeitura de Ponta Grossa, cidade pólo da região dos Campos Gerais que representamos com orgulho nesta Casa de Leis, realizou brilhante e bem elaborado levantamento técnico-científico do índice de cárie em 4502 estudantes na faixa etária de 06 a 14 anos, correspondendo a 15% do total de alunos matriculados da pré-escola à 8.ª série. O objetivo foi o de se conhecer a situação da saúde oral dessa população, diante das atividades desenvolvidas pelos órgãos oficiais governamentais voltados à odontologia.

O índice de dentes cariados, perdidos ou obturados encontrado foi de 3,78%, considerado, ainda, pelos responsáveis da Divisão de Odontologia da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal como sendo um índice alto, mas bem inferior à média, se comparado com o restante do Paraná e do Brasil, que é de 6%.

Um índice que poderá ser mudado a médio prazo se a atenção for voltada para a efetiva prevenção, especificamente a partir de agora.

Duas medidas do Governo do Estado podem ampliar os cuidados com os dentes da população: a educação sobre higiene oral e a capacitação de agentes comunitários de saúde no cuidado com os dentes de leite e permanentes.

A maneira mais eficiente seria através do permanente ensino nas escolas sobre higiene oral, como matéria obrigatória, que não possua caráter reprovador, com cartilha, material próprio e pessoal especializado na administração da disciplina.

A orientação bem dirigida com a higiene oral e a observância do consumo de açúcar, diminuiria com certeza os problemas com a dentição, tido hoje como um dos maiores agravos da saúde da população brasileira.

Inicia-se pela premissa de que para serem fortes, os dentes precisam de uma gengiva sadia, e esta, por sua vez, precisa de dentes limpos.

Torna-se vital ensinar as crianças e suas famílias, por extensão, a correta dieta alimentar, com consumo maior de legumes, verduras, frutas, peixes, queijos brancos, pois além de serem alimentos saudáveis, ricos em vitaminas, proteínas e



mesma quadra". Havido pelo Estado do Paraná em data de 21 de agosto de 1968, através do registro nº 17.679, do livro 3R, de Transcrição das Transmissões, do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Assegurar à criança o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral, desde o período da gestação, é, além de um dever dos pais, a possibilidade do Estado prestar seu auxílio, contribuindo, com a criação de casas de puericultura, para a queda das taxas de mortalidade, que alcançam números altíssimos em nosso país. Além disto, existe, também, o problema dos "meninos de rua"; "freqüentadores" diários das manchetes e das delegacias de polícia, que perambulam pelas ruas, vivendo na ociosidade e cometendo pequenos delitos. Com a criação destas "casas", estes menores teriam acompanhamento médico e psicológico, bem como algum tipo de ocupação produtiva, que lhes permitiria sair das ruas, e contar com a possibilidade de trabalho numa sociedade que se encontra cada vez mais concorrida e competitiva.

Justifica-se, pois, o pedido do município de Jaguapitã, rogando ao Governo do Estado do Paraná que, retribuindo as providências anteriores do Município em favor do Estado, proceda doação solicitada.

Pelas razões expostas, rogamos o apoio dos ilustres Membros, e colegas desta Casa, para a proposição retro exposta.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída a Região Metropolitana do Norte do Paraná, abrangendo os municípios de Cambé, Ibiaporã, Londrina e Rolândia, visando o desenvolvimento regional, o planejamento e a execução de funções e serviços públicos comuns, tais como:

- I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - Saneamento básico, notadamente o abastecimento de água e rede de esgoto e serviços de limpeza pública;
- III - Uso de solo metropolitano;
- IV - Transportes e sistema viário;
- V - Aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental; e
- VI - Outros serviços que assim forem de-

finidos por lei.

Art. 2º - São órgãos da Região Metropolitana do Norte do Paraná, o Conselho de Desenvolvimento e o Conselho Consultivo.

§ 1º - Funcionará como órgão superior e deliberativo sobre os temas de interesse da Região Metropolitana do Norte do Paraná, o Conselho de Desenvolvimento com a seguinte composição:

- I - Representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, que exercerá função de Presidente do Conselho;
- II - Representante da Secretaria de Estado dos Transportes.
- III - Representante da Secretaria de Estado do Planejamento;
- IV - Representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
- V - Um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo, órgão de apoio e orientação das políticas de desenvolvimento integradas, terá a seguinte composição:

- I - Prefeitos Municipais da Região Metropolitana;
- II - Secretários de Planejamento dos Municípios integrantes da região Metropolitana ou com função correlata;
- III - Um representante das Associações Comerciais e Industriais;
- IV - Um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- V - Presidentes das Câmaras Municipais;
- VI - Representante da Universidade Estadual de Londrina;
- VII - Representante da Subseção de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 3º - O exercício da função de Conselheiro não será de qualquer forma remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

§ 4º - Compete ao Conselho de Desenvolvimento:

- I - A realização do planejamento integrado da Região Metropolitana e o estabelecimento de normas para seu cumprimento e controle;
- II - A elaboração e a coordenação de programas e projetos dos serviços comuns de interesse metropolitano, harmonizando-os com as diretrizes do desenvolvimento nacional e estadual;
- III - A unificação, sempre que possível, da execução dos serviços comuns de interesse metropolitano;
- IV - A concessão, permissão e autorização dos serviços comuns de interesse metropolitano e a fixação das respectivas tarifas;
- V - A declaração de reservas de áreas de interesse metropolitano, bem como as



limitações administrativas sobre essas áreas;

- VI - Promover as medidas necessárias à unificação das execuções dos serviços comuns de interesse metropolitano;
- VII - Fiscalizar as concessões, autorizações e permissões de serviços comuns de interesse metropolitano e propor as tarifas a eles relativas.
- VIII - Prestar assistência técnica aos Municípios integrantes da Região Metropolitana;
- IX - Propor a realização de desapropriações e a constituição de servidões necessárias à realização de serviços comuns de interesse metropolitano;
- X - Gerir os recursos financeiros que sejam destinados ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana;
- XI - Elaborar o seu Regimento Interno;
- XII - Promover, por intermédio das entidades competentes, a execução de serviços, obras e atividades locais, decorrentes do planejamento integrado da Região Metropolitana, quando for o caso.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

- I - Opinar sobre as questões de interesse da Região Metropolitana; e
- II - Sugerir ao Conselho de Desenvolvimento a elaboração de planos e projetos e a adoção de providências relativas à execução dos serviços de interesse da Região Metropolitana;

Art. 5º - Os Municípios que participam da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns de interesse metropolitano, terão preferência para obtenção de recursos estaduais.

Art. 6º - As etapas ou parcelas dos serviços comuns de interesse metropolitanos que possam ser executados pelo Município, sem prejuízo do planejamento e da execução global dos serviços deverão, preferencialmente ficar sob a responsabilidade executiva dos Municípios que integram a região Metropolitana.

Art. 7º - Os serviços comuns de interesse metropolitano serão executados por entidades ou órgãos Federais, Estaduais ou Municipais e por empresas de âmbito metropolitano, podendo ser objeto de concessão, permissão, autorização ou convênio.

§ 1º - Quando o planejamento, a organização e a execução dos serviços públicos de interesse metropolitano importar na criação de órgão, autarquias, empresas ou fundações públicas, além da observância

dos requisitos constitucionais e legais, deverão ser observados os seguintes:

- I - Paridade na direção do órgão, autarquia, empresa ou fundação pública, entre o Governo do Estado e os Municípios da Região Metropolitana;
- II - Investimentos na proporção da arrecadação tributária dos Municípios;
- III - Submissão às deliberações do Conselho de Desenvolvimento da região Metropolitana;
- IV - Impossibilidade de ingerência na exploração de serviço não caracterizado como de natureza pública.

§ 2º - A execução, por empresas concessionárias autorizadas, permissionárias ou contratadas, de serviços comuns de interesse metropolitano, mesmo que não unificadas, fica sujeita às condições e normas gerais expedidas pelo Conselho de Desenvolvimento.

§ 3º - Competirá às Câmaras Municipais, concorrentemente ou alternadamente, como deliberação delas próprias, a fiscalização das instituições e órgãos de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º - A fiscalização de que trata o parágrafo anterior será exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - Sem prejuízo do disposto no artigo 1º desta Lei Complementar, fica declarada Área Conurbada para todos os efeitos legais as sedes dos municípios de Cambé, Ibiporã, Rolândia e Londrina.

Art. 9º - Fica instituído o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento da região Metropolitana, com a finalidade de financiar e incentivar projetos de interesse metropolitano.

Parágrafo Único - Constituirão recursos do Fundo:

- I - As dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Estadual;
- II - As transferências da União e Municípios;
- III - O produto de operações de crédito;
- IV - As rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- V - Os financiamentos para operações de repasse; e
- VI - Recursos eventuais.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A região Norte do Paraná tem em Londrina o seu principal núcleo urbano. Circundada pelos municípios de Cambé, Ibiporã



saís minerais e fibras, provocam menores danos aos dentes. Deve-se ensinar também que evitando-se o consumo de açúcar entre as refeições os problemas com os dentes diminuirão.

É imperioso neste processo o ensino dos procedimentos de uso do fio ou fita dental na limpeza dos dentes. Medida que deveria ser mania nacional.

Imperioso, também, nos parece ser os ensinamentos sobre as técnicas simples, mas eficazes, de escovação correta, do uso de flúor, a visita periódica ao dentista, particular ou nos postos de saúde.

Parece-nos fundamental alertar nossas crianças - futuros cidadãos - para as funestas conseqüências da má higienização bucal, como a placa bacteriana, a gengivite, o tártaro, a cárie e, finalmente, a perda total dos dentes.

É fundamental também conhecer sobre a importância do dente de leite na formação da dentição permanente, e que não é supérfluo, como pensam a maioria dos pais, o tratamento dos dentes de leite de seus filhos. Ao optar por uma extração prematura de um dente de leite de seu filho, os pais comprometerão, dizem os dentistas, toda a formação da dentição permanente, provocando algumas vezes até o não surgimento de dentes em certos casos, ou deslocamentos, em outros.

O Governo gasta hoje muito mais para restaurar dentes da população ou para reparar e assistir problemas de saúde bucal, do que gastaria, certamente, para implementar o que se propõe neste projeto de lei, além de que daria o Paraná o exemplo para o Brasil - "antes prevenindo do que remediando."

Ante o claro objetivo social da proposição que ora se apresenta e que almeja a prevenção e preservação da saúde dos paranaenses, crianças e adultos, é que solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N° 022/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "Alberto Cardoso" edifício escolar da rede pública estadual, a ser definido pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Recém-falecido, o poeta Alberto Cardoso deixou na literatura de nosso tempo a

marca de um espírito sensível à natureza e ao drama da condição humana. Filho de Morretes, em suas andanças por longas terras não calou nunca as lembranças da meninice às margens do Rio Marumbi, que amou e cantou em versos destinados à perenidade. Soldado do Brasil, combinou as virtudes militares, numa vida inteira de serviços prestados à Aeronáutica, com o serviço da poesia, em que realizou longos vôos, vôos da imaginação, que nos levam longe na percepção da fragilidade e da fortaleza do homem. Era um mestre de vida e de poesia, solidário com os humildes, vibrante na expressão de combate à injustiça. Particularmente importante para a literatura contemporânea foi o influxo positivo de sua presença entre nossos jovens poetas, aos quais ensinou o poder da palavra declamada. Alberto Cardoso honrou a terra, a gente e as letras do Paraná.

#### PROJETO DE LEI N° 024/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, a doar ao município de Jaguapitã, para a construção de um posto de puericultura, os terrenos abaixo especificados:

- Uma área de terras medindo 451 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e um metros quadrados), constantes do lote urbano n° 24 (vinte e quatro), da quadra 44 (quarenta e quatro), da Planta Geral da cidade de Jaguapitã, e com os seguintes limites e confrontações: - de um lado com o lote n° 25 (vinte e cinco) da mesma quadra; de outro lado com os lotes n°s 23 (vinte e três), 22 (vinte e dois), e 21 (vinte e um) da mesma quadra; pelos fundos com o lote n° 18-B da mesma quadra; e pela frente com a Rua Pernambuco, medindo 7 (sete) metros de frente". Havido pelo Estado do Paraná em data de 12 de dezembro de 1963, através do registro n° 14.183, do livro n° 3N, de Transcrição das Transmissões, do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã.

- Uma área de terras medindo 615,06 m<sup>2</sup> (seiscentos e quinze metros e seis centímetros quadrados), constantes do lote de terras n° 7 (sete), da quadra 30 (trinta), da Planta Geral da cidade de Jaguapitã, e com os seguintes limites e confrontações: -"a nordeste, por linha seca, confronta com a Rua São Paulo; a sueste, por linha seca, medindo 30,60 metros, confronta com o lote n° 8, da mesma quadra, a sudoeste, por linha seca, medindo 20,10 metros confronta com o lote n° 5 (cinco), da mesma quadra; e, a noroeste, por linha seca, confronta com o lote n° 6 (seis), da



e Rolândia, suas sedes começam a se confundir, pelos mais diversos motivos: proliferam os núcleos habitacionais, a abertura de novos loteamentos e a criação de novos parques industriais devido ao crescimento industrial e do êxodo rural.

Em decorrência, mister se faz a unificação e integração das ações dos Poderes Públicos Municipais da região e do Estado, visando o crescimento ordenado, através do planejamento urbano, que propiciará melhores condições de vida àquelas comunidades.

Para tanto, é necessário que seja oferecido num primeiro momento, o suporte legal para a atuação conjunta a que nos referimos no parágrafo anterior.

De sua parte o legislador constitucional do Paraná, tratou do assunto especificando as linhas gerais de criação de regiões metropolitanas no Estado, facultando à lei Complementar a sua instituição.

Com a presente proposta de lei complementar pretendemos oferecer os meios legais para que as autoridades públicas interessadas tenham o suporte para a efetuação das medidas necessárias ao bom desempenho dos projetos integrados de desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do expediente, e não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Palavra com a Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem nós ouvimos uma declaração que nos deixou um pouco abismado, que a declaração do Secretário interino de Segurança do Acre, Senhor Américo Carneiro Paes, ao declarar: "De nosso presídio só não foge quem não quer". E o Secretário anterior já tinha dito que as prisões do Acre não têm condições de segurança e qualquer um que lá se encontre preso poderá fugir. E que se fugir não será novidade aos órgãos de segurança.

Pois bem, no início desta semana o Sr. Darly Alves da Silva e seu filho Darcy Alves Pereira fugiram da Penitenciária Estadual do Acre, onde estavam condenados pela morte do Chico Mendes a 19 anos de prisão.

Dois anos e dois meses após o início do cumprimento da pena ambos fogem da prisão, praticamente às vésperas de serem julgados, no dia 22 de março próximo. Aqui no Estado do Paraná ambos foram acusados de violência física, de assassinato de trabalhadores na região de Umuarama. E indo morar no Acre, lá persistiram com o mesmo tipo de ação violenta.

Aqui no Brasil hoje parece que os presos têm mais facilidade de continuarem soltos que os inocentes. Os criminosos, os violentos ganham as ruas; e os inocentes, como é o caso dos meninos e meninas de ruas, são exterminados nas nossas cidades, nas nossas capitais.

A violência impera estando o cidadão nas ruas ou mesmo quando alguns deles estão cumprindo pena, como é o caso do Carandiru, onde 111 presos foram assassinados.

O nosso sistema de segurança nos presídios brasileiros, de uma maneira geral, dá para se dizer que dá insegurança à população que está fora, e também de uma certa insegurança de vida para quem está dentro.

Hoje, os Direitos Humanos no nosso País não são respeitados. Prisioneiros são soltos, assassinos têm facilidade para fugirem das nossas prisões. Cabe a nós do Poder Legislativo cobrar do Poder Executivo mais segurança para as prisões, e que todos os que estão condenados cumpram a pena até o fim.

Cabe a nós cobrar da Polícia Federal que ajude a encontrar estes dois assassinos, ambos violentos e com mais de um crime nas costas. E, olhem, eles estavam presos por terem assassinado Chico Mendes, grande líder sindical, socialista e defensor do meio ambiente. Foi um crime de repercussão internacional e, assim mesmo, tiveram a facilidade da fuga. Calculam outros presos - como nós recebemos denúncia recentemente aqui do Paraná - que há uma média de uma fuga por dia da prisão agrícola do nosso Estado, fugas essas também facilitadas.

Queremos segurança para a sociedade. E segurança para a sociedade significa que o preso tenha que cumprir a sua pena até o fim como manda a Lei e a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos a

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 009/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que fixa o vencimento básico do cargo de Procurador-Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

#### PROJETO DE LEI N° 09/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de janeiro de 1993, fica fixado em CR\$ 17.173.125,00 (dezessete milhões, cento e setenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros previstos no Art. 1°, mantidas as demais disposições da Lei 10.090, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 11.02.93.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N° 009/93

#### P A R E C E R:

O plano de lei em tela, oriundo da

Procuradoria Geral da Justiça do Estado, tem por finalidade reajustar o vencimento mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de janeiro de 1993, fixado em CR\$ 17.173.125,00 (dezesete milhões, cento e setenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros).

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta colenda Casa de leis.

Assim sendo o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI N° 009/93

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por finalidade fixar o vencimento básico do cargo de Procurador-Geral de Justiça.

A matéria já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito da Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Projetos de Lei n°s 009/93, 10/93, 11/93, 12/93; todos eles diz respeito a fixar vencimentos básicos, ou a Procurador Geral ou a Desembargador ou ao Conselheiro do Tribunal de Contas ou aos Auditores e Procuradores do Estado.

Existiam projetos semelhantes a estes no mês de janeiro, eu diria até igual, a única diferença é que no mês de janeiro, o valor estabelecido era de cerca de quinze milhões, agora já é de cerca de dezessete milhões a fixação do salário. Os demais projetos foram recolhidos e entraram estes em tramitação.

Mas queremos chamar a atenção que esses Projetos já vêm praticamente corrigindo a inflação do mês de janeiro, uma vez que é retroativa a 1°, e que não é o mes-



mo tratamento que é dado em relação aos servidores públicos, seja ele de que Poder for do nosso Estado.

Os nossos servidores públicos têm tido sempre os reajustes inferiores à inflação, de uma maneira geral acumulando perdas salariais.

E quando é para escalões superiores - esses reajustes geralmente vêm corrigidos e isso é um mal do atual momento político que vive o Paraná. Porque ocorre tanto no Poder Executivo como nos demais poderes - a recuperação das perdas salariais dos cargos de confiança, dos cargos melhor remunerados ou das funções mais remuneradas. Enquanto que o servidor público continua com seu salário achatado e sem perspectiva de correção.

Nós somos favoráveis a que seja corrigido o salário de todos os servidores públicos e inclusive com todas as perdas acumuladas ao longo dos últimos 5, 6, 7 anos. Nós queremos chamar a atenção, Senhores Deputados é para este fato e esperamos que neste ano, nesse momento legislativo que se inicia, passamos a votar reajustes realmente de salário dos servidores e não acúmulo de perdas.

Nós não somos contrários a tais projetos, mas, aproveitamos a oportunidade, para registrar, que enquanto os servidores têm perdas salariais acumuladas, os escalões superiores têm sempre a solicitação atendida em 100%.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão.

Em votação.

**Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 21/93, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.  
**Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 10/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, fica fixado em CR\$ 17.173.125,00 (dezessete milhões, cento e setenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1993.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Curitiba, terça, em 16.02.93

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Art. 1º e nos termos da Lei nº 10.090, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 12.02.93.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 10/93

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, encaminhado a este Poder através do Ofício nº 21/93 G.P./D.E.F., do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não se encontra qualquer óbice que possa impedir a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder. É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 010/93

**P A R E C E R:**

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade fixar o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete a Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado - Of. nº 138/93, que fixa o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..  
**Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI Nº 011/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de



Contas do Estado do Paraná, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 17.173.125,00 (dezessete milhões, cento e setenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1993.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto no art. 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.091, de 5 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 12.02.93.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 011/93

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o presente plano de lei fixa o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Em análise a referida proposta, esta Comissão não encontrou óbices de qualquer natureza a sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Assim sendo somos de parecer FAVORÁVEL a aprovação deste projeto de lei nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 011/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas, tem por finalidade fixar vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A presente matéria recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão de Finanças dá seu parecer favoravelmente ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado - Of. nº 139/93, que fixa o vencimento mensal do cargo de Procurador Geral, dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI Nº 12/93

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 17.173.125,00 (dezessete milhões, cento e setenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 2º - O vencimento básico mensal do cargo de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 14.355.312,50 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e doze cruzeiros e cinquenta centavos).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 1993, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 5 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 12.02.93.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 012/93

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício nº 041/93, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o presente plano de lei que fixa o vencimento mensal do cargo de Procurador Geral, dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Em análise a referida proposta, esta Comissão não encontrou óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 012/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas, tem por finalidade fixar vencimento mensal do cargo de Procurador Geral dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A presente matéria recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão de Finanças dá seu parecer favoravelmente ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.02.93.



(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Mariluz - Aresma, com sede e foro na localidade de Mariluz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 21 de 18.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 078/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 078/91, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARILUZ - ARESMA", com sede e foro na localidade de Mariluz.

Constatamos que o presente plano de lei, encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas a serem seguidas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 351/92, de autoria do Deputado João Preis, que denomina Escola Estadual Dr. Ulysses Guimarães, a Escola Estadual do Parque Itaipu, em Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 165, de 18.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 351/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Preis, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que denomina de "Escola Estadual Dr. Ulysses Guimarães" a Escola Estadual do Parque Itaipu, em Maringá.

Do ponto de vista regimental o mesmo encontra-se perfeitamente adequado, estando inclusive com a respectiva justificativa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Curitiba, terça, em 16.02.93

Sala das Comissões, em 01.12.92.  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 408/92, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Marmeleiro - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 178, de 09.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 408/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", em Marmeleiro.

O presente está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

No que se refere aos requisitos constantes da Lei n° 6.994, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, o presente está corretamente elaborado, atendendo a todas as exigências.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, com sede e foro no município de Ortigueira, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 173 de 02.12.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 413/92

P A R E C E R:

Ao recebermos da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer do Projeto de Lei n° 413/92, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o qual propõe a declaração de utilidade pública para "Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira", com sede e foro no Município de Ortigueira, cumpre-nos assentar, que o plano de lei em tela preenche todos os requisitos contidos na legislação vigente. Neste sentido, o nosso parecer é favorável pela sua aprovação nesta conceituada Co-



missão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

Sobre a mesa, Requerimento n° 027-A de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 009/93, 010/93, 011/93 e 012/93.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 036/93

conceder, aposentadoria, a pedido, a LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n° 422, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos dos Artigos 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, 140 e inciso I da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; verba de representação conforme disposto no Art. 3°, da Lei n° 8.198/89; e, trinta e cinco por cento (35%) referente a sete (07) adicionais, observando, neste, o que dispõe o inciso XIV, do Artigo 37, da Constituição Federal, resultando em proventos mensais, após respeitado o redutor de salários, no valor de Cr\$ 18.414.843,75 (dezoito milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e setenta e cinco centavos) para o mês de novembro de 1992, perfazendo o total anual de Cr\$ 220.978.125,00) duzentos e vinte milhões, novecentos e setenta e oito mil, cento e vinte e cinco cruzeiros).

(Protoc. n° 1.629)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 037/93

I - exonerar, a pedido, JACY CORREIA FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 04 de janeiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, ODILETE SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 04 de janeiro de 1993;

III - prover, JACY CORREIA FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 04 de janeiro de 1993;

IV - prover, ODILETE SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 038/93

I - exonerar, a pedido, MARCILENE ROSARIA MEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, da Administração deste Poder, a partir de 04 de janeiro de 1993;

II - prover, ENEAS HENRIQUE DOS SANTOS DISTÉFANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, da Administração deste Poder, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 039/93

I - exonerar, a pedido, ELISABETH BITTENCOURT PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 04 de janeiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, BENEDITO APARECIDO DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 040/93

I - exonerar, a pedido, GIOVANA PASCOTTO AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 04 de janeiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, ADEMIR COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 041/93

exonerar, a pedido, DIRCEU TOMAZ DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 042/93

prover, MARIA DE FÁTIMA CIVIDINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 04 de janeiro de 1993.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 043/93



Art. 1º - Fica instituída a gratificação de Atividade, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, calculada sobre o total da remuneração, excluídos o salário-família, as indenizações e as importâncias relativas a vencimentos ou vantagens atrasados, na forma do disposto abaixo:

- I - 40% (Quarenta por Cento), aos servidores do Quadro de Pessoal desta Assembléia, bem como as pensões pagas por este Poder;
- II - 100% (Cem por Cento), aos ocupantes de cargos de provimento em Comissão.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3º - O limite a ser pago, a qualquer título aos servidores desta Assembléia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de 35% (Trinta e Cinco por Cento).

Art. 4º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

(Resolução nº 64, de 17.09.90)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.01.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 044/93

I - exonerar, a pedido, ROSELI EMILIA TYSKI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 04 de janeiro de 1993;

II - prover, MILTON VAZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 04 de janeiro de 1993;

III - prover, THAYS DO PRADO COLAÇO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 04 de janeiro de 1993.

(Protoc. nº 411)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.01.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 045/93

I - exonerar, a pedido, ROSSANO DE GUADALUPE GABARDO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, ROMIAS ALEXANDRE GUANCINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

III - prover, CRISTIANE GUANCINO, para

exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

IV - exonerar, a pedido, OSMAR JUNIOR TRAIANO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

V - prover, JURACI SALETE BIAZUS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

VI - prover, IRMA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

VII - exonerar, a pedido, TÚLIO MARCELO DENING BANDEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

VIII - prover, TÚLIO MARCELO DENING BANDEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

IX - prover, VITOR ALBERTO DEL'OLIVO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

X - exonerar, a pedido, MYRTHES DE SOUZA UCHÔA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

XI - prover, ADELAR SANTIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 046/93

I - exonerar, a pedido, ELIZABETH MASSIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, MARCOS ANTÔNIO RAITINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 047/93

conceder aposentadoria, a pedido, a ZENO PACIORNIK, matrícula nº 411, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, item III, letra "a", da Constituição Estadual, e Art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à Simbologia



D.A.S.-3, incorporada, de acordo com o Art. 140, § 2º e Art. 159 da Lei nº 6.174/70; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e Parágrafo Único da Lei nº 6.174/70; dois (02) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171 e seus parágrafos, da Lei nº 6.174/70, e três (03) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, e Ato da Comissão Executiva nº 421/91, desta Assembléia; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme o Art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 2.014.715,87 (dois milhões, quatorze mil, setecentos e quinze cruzeiros e oitenta e sete centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 24.176.690,44 (vinte e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, seiscentos e noventa cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

(Protoc. nº 9437, de 25.09.91)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.93

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 048/93

I - exonerar, a pedido, JEANETE NATALINA LEITE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, VERA ADRIANA WOLLINGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

(Protoc. nº 665)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/93

exonerar, a pedido, ARI NOEL HEIN, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

(Protoc. nº 677)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/93

I - exonerar, a pedido, EROS GUTIERREZ, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, DEILZE ROSA ESQUENINE DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.02.93.

(Protoc. nº 681)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/93

I - exonerar, a pedido, EDILAINE VERHAGEN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, ELAINE VERHAGEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

(Protoc. nº 686)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/93

I - exonerar, a pedido, SUELI CRISTINA MULSTEDT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, WILMAR SAUNER JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

III - exonerar, a pedido, LUIZ HENRIQUE SCHELTZE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

IV - prover, JOÃO NIVALDO MENDES DE BASTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.02.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 053/93

I - exonerar, a pedido, NAYA NEUHAUS JELINEK, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, SÍLVIO RENE CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de fevereiro de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.02.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/93

I - exonerar, a pedido, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

II - prover, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

III - prover, MARIA ISABEL TRINDADE FANNINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1993;

IV - prover, CARMEM ELIZABETH FARACO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1993.



(Protoc. n° 704)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 055/93

I - exonerar, a pedido, EDSON MESSIAS PORTUGAL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, MARGARIDA MARIA FIGUEIREDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de fevereiro de 1993.  
(Protoc. n° 722)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 056/93

I - exonerar, a pedido, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - prover, ANA CLÁUDIA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1° de fevereiro de 1993.  
(Protoc. n°s 719, 722 e 726)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 08.02.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 057/93

I - exonerar, a pedido, JEFFERSON AUGUSTO DE MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, SORAYA LEONE DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 761)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 058/93

I - exonerar, a pedido, NEUSA APARECIDA FIDELIS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, MARVÂNIA ZAP BARRETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 763)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 059/93

I - exonerar, a pedido, TSUYOSHI YAGUI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JUNIOR, do cargo em Comissão,

Curitiba, terça, em 16.02.93

símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - prover, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 770)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 060/93

I - exonerar, a pedido, ARMANDO BERALDO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, ALFEU ANTUNES BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - prover, TSUYOSHI YAGUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 771)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 061/93

I - exonerar, a pedido, DIETER RANDOLF LUDEWIG, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, VALMOR STEDILE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - exonerar, a pedido, JEFERSON STANISLAWZUK, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

IV - exonerar, a pedido, DAIR NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

V - exonerar, a pedido, ANA CLÁUDIA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VI - exonerar, a pedido, ALDINO MALDANER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VII - exonerar, a pedido, JOSÉ MÜLLER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VIII - prover, VALMOR STEDILE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

IX - autorizar VALMOR STEDILE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de fevereiro de 1993, de



acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

X - prover, DIETER RANDOLF LUDEWIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

XI - prover, JOSÉ MÜLLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

XII - promover, VALMOR CASAGRANDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

XIII - prover, MANOEL ANDRADE BARROSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

XIV - prover, ADAO STANIESKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

XV - prover, ALFREDO NOVAIKO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.02.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 062/93

I - exonerar, a pedido, ROSEMEYRE DOS SANTOS VITORINO CALERO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, ROSEMEYRE DOS SANTOS VITORINO CALERO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - exonerar, a pedido, PAULO HENRY NIEDZWIEDZ, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

IV - prover, PAULO HENRY NIEDZWIEDZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

V - exonerar, a pedido, GESIANI PIERI FALAT, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VI - prover, GESIANI PIERI FALAT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VII - prover, MARIA DA LUZ FRANÇA REINAUD, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VIII - prover, IVONEI PINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 063/93

I - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS CARDOSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, HAMILTON ALMEIDA CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1° de fevereiro de 1993; e,

III - autorizar, HAMILTON ALMEIDA CARDOSO, a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de fevereiro de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 064/93

I - exonerar, a pedido, NILSA PORT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, AGNES JANKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - exonerar, a pedido, DOUGLAS HENRY LAMB, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

IV - exonerar, a pedido, LIZIANE THE-SING LAMB, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

V - exonerar, a pedido, JUAREZ CARDINAL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VI - prover, JUAREZ CARDINAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VII - prover, NILSA PORT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

VIII - prover, SUZANA CRISTINA BATSCHEKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 839/93)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 065/93

prover, ELISABET FÁRIA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 840/93)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.02.93.



ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 066/93

I - exonerar, a pedido, RITA DE CÁSSIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - prover, ORLANDO CARNEIRO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n° 880/93)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.02.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 067/93

I - exonerar, a pedido, EDMAR TESSER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

II - exonerar, a pedido, ERCILINDA MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

III - exonerar, a pedido, ERON PAULO SCHIMIDT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

IV - prover, JORGE LUIS DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1° de fevereiro de 1993;

V - prover, EVERTON LUIS XAVIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1° de fevereiro de 1993.

(Protoc. n°s 901 e 902)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 068/93

I - prover, PAULO VALÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1° de janeiro de 1993; e,

II - autorizar, o servidor acima a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de janeiro de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 92)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 069/93

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 15 de fevereiro de 1993:

Chefe de Gabinete DAS-4:

- ROSELI DO RÓCIO L. DE OLIVEIRA

Assistente de Gabinete 1-C:

- ARACY JORGE

Assessor Técnico DAS-5:

- GREGÓRIO HONCZARIK

Curitiba, terça, em 16.02.93

Assessor Parlamentar DAS-5:

- DAOR AFONSO M. DE OLIVEIRA

Atendente da Administração 4-C:

- WILSON SCHABATURA

Atendente da Administração 4-C:

- CARLOS GIRNEI SCHABATURA

Datilógrafo 4-C:

- MARIA ZILDA P. KAMINSKI

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 070/93

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-4:

- FRANCISCO ARAUJO

Assistente de Gabinete 1-C:

- OLIVIA DORNELES

Assessor Técnico DAS-5:

- GILMAR DIETRICH

Atendente de Administração 4-C:

- ADEMAR CASTRO DE SOUZA

Atendente da Administração 4-C:

- LEONEL WAGNER

Atendente da Administração 4-C:

- ANA BEATRIZ T. KAWAKAMI

Datilógrafo 4-C:

- MAILI TEREZINHA ROHDE

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 071/93

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 2.ª Secretaria, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-4:

- IDAIR CECCATO GUANCINO

Assessor Técnico DAS-5:

- LENARA H. ROCHA BRANCO

Assessor Parlamentar DAS-5:

- ROMIAS ALEXANDRO GUANCINO

Atendente da Administração 4-C:

- JOSÉ RAMOS TEIXEIRA

Atendente da Administração 4-C:

- NELMA REGINA CANGUSSU

Datilógrafo 4-C:

- HILDA HIRT BRUEL

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 072/93

exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 1.ª Presidência, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-4:

LEÓNIDAS ANTONIO R. DIAS

3-C: ALCIDES RAGASSI

4-C: JACKSON CASIMIRO SILVA

6-C: VITORINO SZYCHTA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 073/93



exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 2.<sup>a</sup> Vice-Presidência, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-5:

ESTER CAMARGO RIBAS VOLPI

4-C: JOSIANE TEREZINHA CZAICA

6-C: LUCIMAR MARIA GOMES

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 074/93

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 3.<sup>a</sup> Secretaria, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-5:

JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO DE ANDRADE

4-C: MARIA SUELI VITAL FIUZA

6-C: LUIZA LEITE VITAL

II - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 4.<sup>a</sup> Secretaria, a partir de 15 de fevereiro de 1993, conforme especifica:

Chefe de Gabinete DAS-5:

RENATA CRISTINA DO ROCIO VIDAL

4-C: LUIZA B. CAMUZZI

6-C: IRECE TADEU FRANCO BORDENOSKI  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.02.93.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ADEMAR LUIZ TRAIANO

1° Secretário

DAILTON MACHUCA

2° Secretário